

## PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 148, de 2015, do Senador Otto Alencar, que *altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, institui o § 3º no art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para vedar a progressão de regime aos condenados que praticarem delitos penais em situação de reincidência.*

Relator: Senador **RICARDO FERRAÇO**

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para análise, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 148, de 2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que veda a progressão de regime aos condenados que praticarem delitos penais em situação de reincidência.

Em sua justificação, o autor argumenta que o criminoso que comete novo delito, mesmo possuindo condenação anterior, já demonstrou que não está apto convívio social e, portanto, deve permanecer preso. Por outro lado, aduz que muitos presos utilizam a progressão de regime para fugir da prisão ou praticar novos delitos, quando passam para os regimes aberto ou semiaberto.

Até o momento não foram oferecidas emendas ao projeto.



SF/15022.44468-95

## II – ANÁLISE

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 61 da Constituição Federal (CF).

A discussão sobre a possibilidade de se impedir a progressão de regime prisional é antiga. A redação original do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), previa a imposição de regime integralmente fechado para crimes hediondos. No entanto, referido dispositivo foi declarado inconstitucional pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 82.959/SP.

Nesse julgamento, entendeu-se que a vedação à progressão de regime ofende o princípio da individualização da pena, garantia prevista no artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal. Asseverou-se, ainda, que a individualização da pena também atinge a fase de execução e, portanto, deve levar em consideração o ato singular praticado no caso concreto, o princípio da dignidade humana e o comportamento do condenado durante o cumprimento da pena.

O benefício legal da progressão de regime é fruto de uma política criminal que confere à pena a função preventiva de ressocializar o agressor. A ideia é que durante o encarceramento, o condenado trabalhe e receba educação e orientação para se reintegrar à sociedade. A proposição em exame, contudo, veda a progressão e confere aos reincidentes apenas o caráter retributivo à pena.

Feitas essas considerações, entendemos que a vedação à progressão de regime, ainda que para condenados reincidentes, é materialmente inconstitucional, pois atenta contra o princípio da individualização da pena, garantia fundamental prevista no inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal.

Demais disso, salientamos que com a aprovação do projeto de lei em análise haverá um significativo aumento no número de presos em nosso sistema prisional, que atualmente possui uma população carcerária



de 607.731 internos, mas possui apenas 376.669 vagas, ou seja, faltam 231.062 vagas, isso sem contar as 147.937 pessoas em prisão domiciliar.

### III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

